Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

As Implicações Linguísticas na Aprendizagem dos Alunos Surdos Fronteiriços de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY

Karla Alexandra Benites Florenciano[8], UFGD

Rita de Cássia Pacheco Limberti[9], UFGD

Resumo: *Objetiva-se com este trabalho apontar o papel que exerce e a relevância que tem a Língua de Sinais (LS) na vida dos surdos, como também relatar como os usuários dessa língua lidam com um contexto fronteiriço, de Ponta Porã- Brasil/Pedro Juan Caballero-Paraguai, em que há a presença de duas LS, sendo elas: a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e a Língua Paraguaia de Sinais - LSPY, além de três línguas orais: a Língua Portuguesa, o Espanhol e o Guarani. Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi o ponto de partida do estudo, a qual contribuiu para o levantamento de informações tanto gerais como específicas, relativas às teorias sobre a língua de sinais, suas particularidades linguísticas e seu contexto histórico. Este trabalho está organizado em três partes: na primeira parte apresenta-se uma visão histórica da educação dos surdos, as principais correntes metodológicas que nortearam essa especialidade de educação em diversos períodos históricos, bem como as semelhanças, diferenças e curiosidades da educação dos surdos no Paraguai e no Brasil. A segunda parte contém a metodologia utilizada na pesquisa. Na terceira parte apresentam-se os resultados e os relatos de alunos oriundos do Paraguai que estudam em escolas brasileiras e que lidam com essa condição linguística e cultural completamente híbrida.*

Palavras-chave: *Língua de Sinais, LIBRAS, LPS e Surdos.*

[8] Graduanda do Letras/Libras Ead/UFGD, karlinhaben@gmail.com
[9] Doutora em Semiótica e Linguística Geral, limberti@hotmail.com

1. Introdução

O indivíduo surdo lutou através dos tempos para que seu direito linguístico fosse reconhecido e respeitado. Procurar-se-á relatar, ainda que brevemente, alguns fatos da história da educação dos surdos, das idas e vindas dessa Língua e de seus usuários.

É interessante iniciar pela antiguidade, citando a Grécia, por exemplo, onde se valorizava muito uma educação que visava à formação cortês do nobre, ou seja, formar o "guerreiro belo e bom", um homem que soubesse proferir palavras e realizar ações, (ARANHA, 1996).

Considerando-se que uma pessoa que não ouve encontra grandes dificuldades para aprender a falar- pois o ser humano aprende a falar ouvindo -, entende-se que os surdos não aprendem a fala de maneira natural, como os ouvintes, e que, naquele período histórico, os surdos não eram bem aceitos, partindo-se do princípio de que estes não podiam falar. Para corroborar este fato, temos a opinião de Aristóteles, "que considerava o ouvido o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o surdo fosse visto como incapacitado para receber instrução naquela época" (HONORA, FRIZANCO, 2009, p. 19).

Naquela época, os integrantes dessa minoria linguística eram vistos como pessoas que não pensavam, pois a fala é resultado do pensamento; logo, os surdos eram privados de tudo: de conviver na sociedade, da escolarização e até mesmo de se casarem. Já na Idade Média, a Igreja Católica exercia uma forte influência sobre a sociedade, tendo sido fundamental para a discriminação dos surdos, pois a mesma acreditava que o homem é a imagem e semelhança de Deus. Sendo assim, aqueles não se encaixassem nesse padrão não eram considerados humanos, principalmente os surdos, porque eles não se confessavam e suas almas eram consideradas mortais, já que os mesmos não podiam falar os sacramentos.

A Igreja Católica, no entanto, preocupava-se com os surdos que pertenciam às famílias abastadas, pois, se eles possuíssem uma língua própria e fossem instruídos, poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos, assim como continuariam em suas posições: prosseguiriam ajudando a Santa Madre Igreja. Foi então que surgiu a primeira tentativa de educar os surdos por meio de alguns monges que tinham feito voto de silêncio para não passarem adiante os conhecimentos adquiridos nos livros sagrados. Estes, para não ficar totalmente incomunicáveis, desenvolveram uma linguagem gestual que passaram a ensinar aos surdos e, dessa forma, tornaram-se os primeiros professores dos deficientes auditivos.

Na Idade Moderna, segundo Strobel (2009), os surdos eram educados por muitos monges, pois a Igreja Católica entendia que isto era uma forma de caridade. Assim, foi naquele período que foi fundada a primeira escola de surdos na Espanha pelo Monge Beneditino Pedro Ponce de León. Na França, neste mesmo período histórico, surge uma referência na história da educação dos surdos: Charles Michel de L'Epée, que baseava seu trabalho na Língua de Sinais e fundou a primeira escola pública para surdos, o "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris".

Naquela época surgiram diversos pesquisadores e educadores de surdos, grande parte deles acreditava que era possível ensiná-los através da leitura labial, da oralização, enquanto outros acreditavam que o melhor método era por meio da Língua de Sinais. Sendo assim, na segunda metade do século XVIII havia dois modos de ensinar: o francês, que era baseado na Língua de Sinais, e o método Alemão, baseado na oralização. (CAPOVILLA,2004).

Em 1880, em Milão, no entanto, houve um fato que foi marcante na história da educação dos surdos: representantes de várias partes do mundo todo se reuniram para debater sobre qual seria o melhor método de ensino dos surdos

> Ficou decidido no Congresso Internacional de Professores Surdos, em Milão, que o método oral deveria receber o status de ser o único método de treinamento adequado para pessoas surdas. Ao mesmo tempo, o método de sinais foi rejeitado, porque alegava que ele destruía a capacidade de fala das crianças (WIDELL, 1992, p. 26).

Após esse evento, (HONORA e FRIZANCO, 2009) a Língua de Sinais passou a ser rejeitada e banida por todo o mundo e os surdos passaram a ser ensinados somente pelo método oral, na expectativa de torná-los "normais"; dessa forma, aqueles que possuíam uma melhor possibilidade de adquirir a oralização conseguiam evoluir, porém os demais que não tinham condições orgânicas eram separados em outra sala e rotulados como alunos preguiçosos ou retardados.

É claro que este e outros exemplos interferiram diretamente na construção histórica e cultural dessa minoria linguística, "o fato de "permitir" e/ou não "permitir" que as pessoas surdas usassem suas línguas espaciais-visuais provocou profundas mudanças na vida das pessoas que integravam tais comunidades" (QUADROS, 1997, pg. 45).

Segundo Honora e Frizanco (2009), por oitenta anos esse método permaneceu na educação de surdos; o insucesso escolar foi muito grande e somente em 1970 houve uma nova discussão acerca desse tema, sendo criada uma nova tendência: a Comunicação Total, que teve como proposta a utilização da oralidade e da sinalização ao mesmo tempo.

> E como ela não havia chegado a realizar satisfatoriamente este objetivo, na década de 1970 passou a tornar-se cada vez mais atraente a ideia de que aquele mesmo objetivo de permitir ao surdo a aquisição e o desenvolvimento normais da linguagem poderia vir a ser alcançado por uma outra filosofia educacional que enfatizasse não a língua oral, mas todo e qualquer meio possível, incluindo os próprios sinais". (CAPOVILLA, 2004, p. 24)

As pesquisas sobre a Língua de Sinais, no entanto, aumentaram significativamente sua funcionalidade e eficácia na comunicação das pessoas com surdez. Decorrente desses estudos tem-se atualmente uma proposta de ensino que possibilita ao aluno surdo aprender primeiramente a Língua de Sinais como primeira língua (L1) e depois, como segunda Língua (L2), aprender a Língua escrita oficial do país, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Dessa maneira, essa abordagem bilíngue pretende que a criança surda tenha acesso o quanto antes à Língua de Sinais e que a mesma possa adquirir de maneira natural sua Língua Materna, assim como acontece com os ouvintes.

Para Capovilla (2004), o ensino bilíngue desenvolve uma aquisição e um desenvolvimento da linguagem de maneira espontânea, pois acontece por meio de experiências e convívio com usuários fluentes dessa língua; por isso a criança aprende os conceitos e padrões linguísticos de forma prática em um ambiente motivador, onde a língua é usada naturalmente, possibilitando que a educação bilíngue tenha efeitos positivos na

ISSN 2318-4051

vida da criança surda, pois esta desenvolve adequadamente competências linguísticas e comunicativas.

"O individuo bilíngue é, portanto, um agente que usa e atualiza dois sistemas simbólicos distintos objetivando representar conceitos" (Fernandes, 2005). Sendo assim, acredita-se atualmente que o bilinguismo tem sido o mais eficaz método de ensino, pois parte da ideia de utilizar duas línguas no processo de aquisição de linguagem.

Na atual sociedade do Paraguai, a educação dos alunos surdos vive uma dualidade escolar, pois naquela nação há duas modalidades de ensino: a escola regular e a escola especial (Falcão, 2012).

A escola inclusiva está ainda em construção, por isso o público da educação especial está bastante concentrado nas escolas especiais, as quais são concentradas em algumas áreas, tais como: retardo mental, surdez e cegueira, sendo 18 escolas em todo o território paraguaio, das quais 8 ficam na capital e 10 se localizam no interior do país.

A Educação Especial, em março de 1993, atendia a uma população total de 3.614 "excepcionais", dos quais, segundo estatística , 75,3% correspondiam à área de retardo mental, que equivalia a 2.631 alunos; 12,8% de surdos, que compreendiam 461 alunos; e 0,9% da área de cegos, com um total de 32 matriculados, segundo dados da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI, 2000).

Para Falcão (2012), no bicentenário daquele país, mudanças vêm reestruturando o cenário político educacional e regulamentando as escolas inclusivas como prevê a Lei Geral de Educação 1264/98, que no capítulo IV (PARAGUAY,1998) dispõe sobre a educação das pessoas com necessidades educacionais especializadas:

> Artigo 80: O Governo nacional por meio do sistema educacional nacional garantirá a formação básica de: a) pessoas com características educativas individuais significativamente diferentes das demais crianças; b) pessoas com necessidades educativas especiais: superdotados, com dificuldades de aprendizagem, com transtornos de conduta, com transtornos de linguagem e outros.
>
> Artigo 81.- Esta modalidade educativa se aplica ao desenvolvimento do individuo com base no seu potencial para a aquisição de habilidades que permitam sua realização pessoal e sua incorporação ativa na sociedade. Na medida do possível se realizará em forma integrada dentro das instituições educativas regulares.
>
> Artigo 82.- O conteúdo especial dos programas destes serviços, e sua orientação técnico-pedagógica, assim como o sistema de avaliação e promoção, serão aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura.
>
> Artigo 83.- As pessoas docentes desta modalidade educativa deverão contar com uma formação especializada.
>
> Artigo 84.- O Governo Nacional estabelecerá uma política para a prevenção e o diagnóstico precoce e o tratamento das pessoas com necessidades especiais. Apoiará igualmente a preparação da

> família e a conscientização da comunidade para favorecer a integração dos excepcionais. (FALCÃO 2012, apud OEI, 2000).

Corroborando esta lei, surgem outros projetos que vêm sendo somados a essa nova perspectiva escolar, como por exemplo, "Plano Educacional Ñanduti: Por uma educação para todos com qualidade e equidade 2003-2015" (PARAGUAY, 2002), que tem como uma das metas o acesso à educação básica para todos, para que, consequentemente, o número de analfabetismo diminua, já que cerca de 5,4% da população paraguaia não sabe ler nem escrever, segundo a Pesquisa Permanente de Domicílios 2007, da Diretoria Geral de Estatísticas, Pesquisas e Recenseamento (DGEEC). Outra medida foi tomada em 2006, com o apoio da A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) por meio de um novo plano estratégico de reforma educativa: "Paraguai 2020 enfrentamos juntos o desafio que tem como meta uma reforma educativa, em que os setores: sociais, econômicos e políticos dialoguem entre si" (FALCÃO, 2012).

Somado às medidas, um avanço que pode contribuir para a educação dos surdos no Paraguai se apresenta: é a Lei de Línguas n° 4251, sancionada em 2011 por Fernando Lugo. Esta lei cria a Secretaria de Políticas Linguísticas e academia de Língua Guarani, e também protege o uso das Línguas Indígenas e a Língua de Sinais do Paraguai. Como segue no capítulo I:

> **Art. 1º -** A presente lei tem como objetivo estabelecer as modalidades de utilização das línguas oficiais da República; dispor as medidas adequadas para promover e garantir o uso das línguas indígenas do Paraguai e assegurar o respeito à comunicação visual gestual ou línguas de sinais. Para tal finalidade, cria-se a estrutura necessária para o desenvolvimento da política linguística nacional. (Tradução do autor)

Pode-se afirmar que o Paraguai vem avançando em alguns aspectos em relação às políticas linguísticas e educacionais, para que assim os alunos surdos também venham a usufruir de um melhor atendimento educacional.

Para Falcão (2012), contudo, há ainda alguns pontos cruciais para que esse atendimento verdadeiramente se efetive, tal como a formação inicial e continuada dos docentes que atendem esse público. Grande parte dos professores não reconhece a necessidade de se diferenciar o ensino oral-auditivo do visual-gestual, nem mesmo reconhece a importância do uso da Língua de Sinais, o que acaba resultando na ideia de que a educação segregada seja ainda a mais adequada para os surdos.

Segundo o autor, o discurso dos professores e gestores do Paraguai diz que: "a prática inclusiva é inconsistente e seletiva, outras deficiências até podem estar inseridas em sala de aula regular, mas a surdez não" (FACÃO, 2012, pg. 253).

No Paraguai são poucos os professores que têm conhecimento específico de como ensinar alunos surdos e em relação à formação de Língua de Sinais; a busca pela formação ocorre mais por interesse financeiro do que para buscar saberes e capacitação. Mesmo assim, a oferta é escassa e inviável, principalmente para os que residem longe da Capital (FALCÃO, 2012).

Por isso, o autor afirma que no Paraguai já existem leis e resoluções que dispõem a respeito da inclusão e da formação de professores, mas na prática as escolas estão

ISSN 2318-4051

divididas em especiais e regulares, sendo que os surdos se encaixam e permanecem na escola especial.

Falcão (2012) conclui seu texto afirmando que no Paraguai a educação de surdos e a formação dos professores ainda estão muito longe de chegar aos padrões internacionais de educação inclusiva, a qual tem por finalidade promover a autonomia e a independência para uma vida profissional, social e pessoal, propiciando, desta maneira, o acesso dos surdos ao convívio em sociedade para uma melhor qualidade de vida.

O Brasil começou as atividades de educação de surdos a partir do Segundo Império, pois veio para o país um ex-aluno surdo do Instituto de Paris; dessa forma originou-se a LIBRAS, com muita influência da Língua de Sinais Francesa. Com o apoio de D. Pedro II, foi fundado, em 1857, o primeiro Instituto de surdos-mudos, pois o mesmo tinha grande interesse nessa educação diferenciada por ter um neto surdo, filho da princesa Isabel, que era casada com o Conde D´Eu (HONORA, FRIZANCO, 2009, pg. 27).

Inicialmente esse Instituto usou a Língua de Sinais, mas, assim como no resto do mundo, também teve que adotar o método do Oralismo, em 1911. Somente na década de 70 é que a educação dos surdos no Brasil começa a ser pensada, ensejando uma reflexão sobre o uso da Língua de Sinais, suas contribuições, como também sobre a educação bilíngue. Em 1981 instaura-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

No Brasil, a Língua de Sinais tornou-se oficial a partir do Decreto n° 5626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei n° 10436 de 24 de abril de 2002 e que dispõe sobre a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão. Neste contexto a LIBRAS passa a ser respeitada como língua própria dos surdos.

Segundo Quadros (2006), atualmente as políticas públicas estão voltadas para a garantia de acesso e permanência do aluno surdo dentro das escolas regulares de ensino. Para que isso se torne possível, segundo a legislação já apresentada sobre o direito linguístico dessa comunidade, as aulas deveriam ser ministradas em sua Língua Materna- no caso, a Língua de Sinais-, porém essa prática seria extremamente onerosa para o poder público. Então, para atender esse direito linguístico, cria-se uma nova e emergencial estratégia: a contratação de intérpretes de Língua de Sinais.

De acordo com Felipe (1993), com essa medida paliativa o professor não dará aula para os surdos: eles terão de ficar passivamente recebendo apenas informações de um intérprete, geralmente sem preparo para tal função e, na maioria dos casos, sem conhecimento da disciplina que irá traduzir.

Corroborando a fala desse autor, também há o fato de que:

> algumas pesquisas começam a despontar no país apresentando resultados sobre as funções deste profissional no espaço escolar e o que tem sido reportado é que, apesar do intérprete romper uma barreira comunicativa na rede regular de ensino, as questões metodológicas deixam a desejar, ignorando aspectos culturais e sociais que fazem parte do processo educacional, deixando, muitas vezes, a criança surda à margem da escola (LACERDA, 2000a, 2000b).

Esta é a atual situação do Brasil em relação à educação dos surdos: a escola inclusiva está posta, os surdos estão dentro de uma escola regular, no entanto, no que diz respeito ao verdadeiro ensino bilíngue, ainda há muito para se galgar. Sabe-se que ensinar é muito diferente de apenas interpretar e no presente momento vive-se este impas-

se, uma vez que, para Felipe (1997), os novos debates caminham em direção a Uma Escola para Surdos e para Todos.

Metodologia

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, sendo também classificada como uma pesquisa bibliográfica e relato de experiência.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, com pesquisas na Internet em livros, artigos, etc. a fim de se inventariar as publicações acerca do assunto; posteriormente coletaram-se relatos de experiência do aprendizado de alunos surdos da fronteira Brasil/Paraguai.

Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica é realizada por meio do levantamento das referências teóricas já estudadas e analisadas, publicadas tanto por meio escrito quanto por meio eletrônico, como os artigos científicos, livros, sites. Todos os trabalhos científicos têm início através da pesquisa bibliográfica, pois possibilita ao pesquisador conhecer os estudos que já foram desenvolvidos acerca do assunto.

Resultados e discussão

Na cidade de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, Brasil, divisa com Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay, Paraguai, ocorrem algumas peculiaridades em relação à educação dos surdos, principalmente com aqueles que vivem ou viveram no Paraguai.

Inicialmente é importante informar que, no presente momento, uma das autoras deste artigo, Karla Alexandra Benites Florenciano, atua como professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo que este atendimento ocorre no turno oposto ao qual o aluno estuda, duas vezes por semana, duas horas por dia, em uma sala especifica para tal. Durante essas horas, os alunos com necessidades especiais vivenciam atividades lúdicas que promovem seu desenvolvimento cognitivo, motor, social, linguístico, entre outros. A clientela desse atendimento é dividida pela faixa etária e pela deficiência apresentada. As informações elencadas a seguir são de alguns alunos que, no decorrer das aulas, acabam relatando algumas de suas experiências.

Na cidade de Ponta Porã - MS há duas escolas polos, que atendem um número maior de alunos surdos, sendo que uma delas fica a poucos metros da linha de fronteira. Somando-se as duas escolas, chega-se a uma média de 20 alunos surdos; deste total, a maioria domina a LIBRAS, um número um pouco menor de alunos domina a Língua Portuguesa escrita, como também possuem um conhecimento da Língua Espanhola e uma breve noção do Guarani. Vários destes alunos sabem da existência, mas conhecem restritamente alguns sinais da Língua Paraguaia de Sinais (LSPY).

Uma das contribuições para que este fluxo linguístico ocorra é o fato de que grande parte desses alunos vive, ou já viveu, ou ainda possui familiares que residem no Paraguai, na fronteira, e acabam tendo contato diariamente com essas línguas, seja de maneira oral, escrita ou sinalizada. Alguns alunos, no entanto, relatam que Língua Paraguaia de Sinais não é tão usada como a LIBRAS e que são poucos que a conhecem e a dominam fluentemente, geralmente são surdos vendedores de adesivos e chaveiros, que vêm de Assunção ou de cidades maiores e que se comunicam em LSPY.

ISSN 2318-4051

Em Pedro Juan Caballero há uma escola especial, que possui uma sala para atender surdos, porém a metodologia utilizada aparenta estar bastante voltada para a oralidade. Então, neste contexto, várias crianças surdas, oriundas do Paraguai, começam seus estudos nessa escola especial, onde acabam por estudar com outros surdos e, consequentemente, passam a utilizar uma Língua de Sinais que, segundo relatos de alunos que estudaram nessa escola, ora pode ser a LSPY, como também pode ser a LIBRAS. Desta maneira, os alunos que frequentam ou frequentaram aquela instituição acabam tendo um conhecimento básico das duas línguas de sinais. Como a escola tem uma metodologia voltada para a oralidade, os alunos que têm possibilidades orgânicas acabam por aprender a Língua Espanhola e algumas palavras em Guarani.

Sabendo que, quando se trata de uma escola especial, geralmente não há progressão de ano escolar, algumas famílias destes alunos, preocupadas com este fato, interrompem o atendimento na escola especial e optam por matricular seus filhos em uma escola brasileira, pois sabem que nas escolas do Brasil os surdos estão inclusos em escolas regulares e recebem a ajuda comunicativa através do intérprete.

Além deste fato, há ainda aqueles alunos que não estudaram no Paraguai, mas cujos familiares são oriundos daquele país e acabam transmitindo a seus filhos o conhecimento de algumas palavras em Espanhol ou até mesmo em Guarani. É comum, por exemplo, atender alunos surdos que, se não querem realizar alguma atividade, pronunciam ou imitam a pronúncia da palavra “no”, que em português significa “não”; ou quando querem dizer que o colega está mentindo, tentam ou pronunciam a palavra em guarani “japu” que em português significa “mentira”.

Este se constitui apenas um breve relato de algumas experiências vividas no processo ensino/aprendizagem dos alunos surdos oriundos do Paraguai que estudam em escolas brasileiras, mais especificamente o caso de Ponta Porã - MS, Brasil/Pedro Juan Caballero-PY. O que se depreende pela análise dos relatos e pela observação das práticas é que a Língua de Sinais adquire um alto grau de complexidade tanto no ensino quanto na aprendizagem, considerando a peculiaridade de um contexto fronteiriço em que há a presença de duas línguas de sinais, sendo elas: LIBRAS e a LSPY, além de três línguas orais: a Língua Portuguesa, o Espanhol e o Guarani.

A LS, por suas particularidades linguísticas e seu percurso histórico, constituiu-se por meio de percalços e de contextos favoráveis à geração e/ou à acentuação de preconceitos, fazendo dela mesma, em si, um ponto de contato de divergência e de conflitos de universos e significações distintas. Além de sua complexidade nata, seu ensino demandou, através dos tempos, um trabalho especial de experimentação de métodos e técnicas que procuraram suplantar as dificuldades e desafios inerentes a cada época e lugar.

O desafio que se apresenta atualmente, num mundo globalizado que neutraliza fronteiras e favorece as hibridações não só das línguas, mas também das culturas e organizações sociais, é lidar com a sobreposição de códigos que os contatos culturais e linguísticos muito próximos propiciam, tanto no nível de superfície da língua (fonemas e vocábulos, na língua falada; sinais e gestos, na língua de sinais), quanto no nível profundo (formação do léxico e concepção de mundo).

O desafio maior, contudo, consiste na sensibilização de todas as pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem, no sentido de manterem-se abertas às situações novas e fazer delas fonte de enriquecimento rumo a uma educação emancipadora, na busca da construção de um mundo sem barreiras e sem preconceitos.

ISSN 2318-4051

Referências

ARANHA, Maria Lúcia Arruda Aranha. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna.1996.

BRASIL. Decreto n° 5626 de 22 de dezembro de 2005, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

_____. Lei n° 10436 de 24 de abril de 2002, regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

CAMPOS, Tatiane da Silva;STIELER, Pedro. Linguagem, Surdez e Educação Bilingue, Unínteses,Santo Ângelo.

CAPOVILLA, Fernando. CAPOVILLA, Alessandra. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito. In:___. Linguagem e cérebro humano contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.p. 19-51.

FALCÃO, Luis Albérico Barbosa, Educação de Surdos e a Formação docente na perspectiva Inclusiva - o caso concreto do Paraguay. Asunción – Paraguay 2012.

FELIPE. Tanya. Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos surdos. Artigo publicado na Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, Vol. 7. 1997: 41-46.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HONORA, Marcia; FRIZANCO,Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. 1. ed. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

LACERDA, C.B.F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. Cadernos CEDES, Campinas, v.50, n.20 p.70-83,2000b.

OEI-PY. Organización y Estructura de la Formación Docente en Iberoamérica, Ministerio de Educación y Cultura de Paraguay Sistema Educativo de Paraguay. Dados mundiais de educação 2010/2011. UNESCO. Disponível em: http://www.oei.es/index.php. acessado em 30 dezembro de 2013.

PARAGUAY. Ley de Lenguas n° 4251. Disponível em: http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/2011/05/ley-de-lenguas-n%C2%BA-4251/ Acessado em 20 de dezembro 2013.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: A aquisição da linguagem – Porto Alegre: Artmed,1997.

_____. A escola que os surdos querem e a escola que o sistema “permite” criar: estudo de caso do estado de Santa Catarina, - UFSC.2006.

STROBEL, Karen. História da educação de surdos. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. Florianópolis, 2009.

WIDELL, Joanna As fases históricas da cultura surda, Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez. nº 6– Ano 5. UFSC. Rio de Janeiro: Babel, 1992.